

AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 10ª REGIÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO VALE DO ITAJAÍ/SC

Nildo Aparecido deMELO¹
Maria Eduarda CorreaBOELL²

RESUMO

A economia solidária defende a solidariedade, a cooperação e a associação coletiva para engendrar o desenvolvimento econômico, bem como para o enfrentamento do desemprego e da precarização/desestruturação do mundo do trabalho sob o capitalismo globalizado contemporâneo, estando associada teoricamente aos preceitos do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local e dos socialistas utópicos do século XIX. A análise das iniciativas solidárias nos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e no Vale do Itajaí/SC tem como objetivo o questionamento das contradições e das possibilidades da economia solidária no espaço geográfico regional.

Palavras-Chave: crise do mundo do trabalho, economia solidária, desenvolvimento econômico, Vale do Itajaí/SC, 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

THE PERSPECTIVES OF THE SOLIDARITY ECONOMY FOR ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE 10TH REGION OF THE STATE OF SAO PAULO AND IN THE VALLEY OF ITAJAÍ/SC

ABSTRACT

Solidarity economy advocates solidarity, cooperation and collective association to engender economic development, as well as to confront unemployment and the precarization/destructuring of the world of work under contemporary globalized capitalism, being theoretically associated with the precepts of sustainable development, of local development and utopian socialists of the nineteenth century. The analysis of solidarity initiatives in the municipalities that are part of the 10th Administrative Region of the state of Sao Paulo and in the Itajaí Valley/SC has the objective of questioning the contradictions and possibilities of solidarity economy in the regional geographic space.

¹ Professor Doutor do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Brusque e orientador do projeto de iniciação científica “Economia solidária e mundo do trabalho na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e na Microrregião de Blumenau no Vale do Itajaí/SC”. Membro e líder do Grupo de Pesquisa Ciência e Desenvolvimento Social.

² Aluna do curso Técnico em Química Subsequente do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Brusque e Bolsista PIBIC/CNPq.

Keywords: world labor crisis, solidarity economy, economic development, Itajaí Valley/SC, 10th Administrative Region of the state of Sao Paulo.

LAS PERSPECTIVAS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA PARA EL DESARROLLO ECONÓMICO EN LA 10ª REGIÓN DEL ESTADO DE SÃO PAULO Y EL VALLE DEL ITAJAÍ/SC

RESUMEN

La economía solidaria defiende la solidaridad, la cooperación y la asociación colectiva para engendrar el desarrollo económico, así como para el enfrentamiento del desempleo y de la precarización/desestructuración del mundo del trabajo bajo el capitalismo globalizado contemporáneo, estando asociada teóricamente a los preceptos del desarrollo sostenible, del desarrollo local y de los socialistas utópicos del siglo XIX. El análisis de las iniciativas solidarias en los municipios que forman parte de la 10ª Región Administrativa del estado de São Paulo y en el Valle del Itajaí/SC tiene como objetivo el cuestionamiento de las contradicciones y de las posibilidades de la economía solidaria en el espacio geográfico regional.

Palabras clave: crisis del mundo del trabajo, economía solidaria, desarrollo económico, Valle del Itajaí/SC, 10ª Región Administrativa del estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX o modelo de desenvolvimento fordista/taylorista entrou em crise, passando por profundas transformações estruturais envolvendo elementos significativos do modo capitalista de produção. Nesse contexto, o questionamento das políticas keynesianas de desenvolvimento econômico fundamentadas no incentivo ao investimento e ao emprego formal nos anos dourados do capitalismo do pós-guerra, engendrou a desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, apontando para o ressurgimento do desemprego, da informalidade e de formas atípicas de trabalho.

No Brasil o movimento de reestruturação capitalista ocorreu com a adoção do neoliberalismo na economia nacional nos anos de 1990, representado pela abertura comercial e financeira, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais, tendo como corolário a desestruturação do mercado de trabalho nacional, a elevação das taxas de desemprego e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho.

Com a chegada ao poder de um governo de cunho “popular”, no início dos anos 2000, houve um movimento de retomada dos preceitos solidários como possibilidade de enfrentamento do desemprego e da precarização do mundo do trabalho, além da constituição de novos elementos de desenvolvimento econômico, sob bases cooperativas, associativas e solidárias, principalmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em junho de 2003.

Nesse ínterim, a análise dos empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e nos municípios que compõem o Vale do Itajaí em Santa Catarina, possibilitou a compreensão dos impactos das iniciativas solidárias no enfrentamento do desemprego e na estruturação do desenvolvimento econômico, tendo como base teórico-metodológica autores e obras que discutem os conceitos associados à associação, a cooperação e a solidariedade entre os trabalhadores.

Os procedimentos metodológicos necessários à compreensão dos objetivos propostos foram permeados por uma ampla revisão bibliográfica, destacando as principais obras sobre economia solidária e os conceitos subjacentes, pesquisas em órgãos públicos sobre informações de empreendimentos econômicos solidários, sobretudo no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), levantamento e mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários nas respectivas áreas de análise, através de dados e informações do Atlas da Economia Solidária no Brasil e trabalhos de campo para conhecimento *in loco* dos empreendimentos nas respectivas economias regionais, ressaltando que as informações sobre os empreendimentos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo advêm de visitas de campo para a coleta de dados para a tese de doutorado, durante o ano de 2012 e 2013.

OS PRINCÍPIOS SOLIDÁRIOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Com a reestruturação capitalista, após a crise do modelo produtivo de desenvolvimento fordista/taylorista do início da década de 1970, houve a adoção de medidas neoliberais que apontaram fortemente para o questionamento das políticas keynesianas de incentivo ao desenvolvimento e ao gasto público com o bem-estar social nos países desenvolvidos no pós-guerra (DILLARD, 1989).

Tendo também como fundamento a globalização/mundialização econômica e financeira, bem como a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, o movimento de reestruturação capitalista apontou para a desestruturação/precarização do mundo do trabalho, resultando na elevação das taxas de desemprego, na informalidade e no recrudescimento de formas atípicas de trabalho (POCHMANN, 1999).

Porém, o processo de reestruturação capitalista abriu precedentes para o questionamento das contradições do capitalismo e o (re) surgimento da economia social na Europa (através do resgate das experiências de cooperativismo e de associativismo dos séculos XVIII e XIX, dando-lhes novos significados e perspectivas sociais) e em diversas nações latino-americanas, como resposta às crises econômicas e do trabalho, por parte dos setores populares e marginalizados do processo de flexibilização do trabalho, desregulamentação do Estado, privatização do aparato estatal e da prerrogativa das forças do mercado na condução do progresso econômico.

No Brasil, o termo economia solidária foi introduzido por Paul Singer, que ressalta teoricamente a possibilidade da configuração de um novo modelo econômico e produtivo, baseado em preceitos de desenvolvimento sustentável e local, gerando trabalho e renda, através da cooperação, associação e solidariedade entre os trabalhadores repelidos do capitalismo globalizado contemporâneo.

Assim, nos empreendimentos de economia solidária, segundo Singer (2002), os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos, sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16).

Segundo Rêgo (2014), as iniciativas solidárias abrangem uma multiplicidade de objetivos e significados, envolvendo desde a “perspectiva de busca de alternativa de emprego através da autogestão”, apontando também para “uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo”, chegando à possibilidade da construção de uma “utopia experimental de novas formas de sociabilidade e vivência compartilhada de valores” (RÊGO, 2014, p. 36).

Para Coraggio (2007), essa multiplicidade de formas alternativas e solidárias de organização social e econômica, tendo como base uma representação simbólica da dinâmica econômica real, leva as formas e iniciativas à denominação de empreendimentos de economia

solidária, sendo o termo empreendimento remetido à obtenção e planejamento dos recursos direcionados para um determinado resultado econômico e social.

Nesse sentido, Gaiger (2001), destaca as diferentes formas de organização desses empreendimentos, abrangendo associações agrícolas e unidades agroindustriais, fábricas de pequeno porte, centrais de reciclagem de resíduos sólidos, agências prestadoras de uma variada gama de serviços (limpeza, manutenção de equipamentos e construção civil), entre outras, sendo marcadas por uma lógica empresarial (enfrentariam os mesmos problemas de concorrência e articulação competitiva no mercado capitalista) e outra solidária (cooperação e associativismo entre os trabalhadores e uso comum dos recursos para benefício de todos os empreendedores solidários).

A economia solidária, em termos de desenvolvimento econômico e social, de acordo com Singer (2002), defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrário aos princípios capitalistas de progresso econômico, sendo que o mesmo deve acontecer em articulação e em conformidade com os valores da democracia, da solidariedade, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Em outras palavras, o desenvolvimento nos empreendimentos solidários está associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária (socialismo utópico do século XIX), produzida através da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo.

O desenvolvimento local permeia os empreendimentos econômicos solidários, sendo que o mesmo ganhou força como alternativa ao modelo clássico, no bojo da crise das políticas de intervenção estatal na economia e do planejamento regional como instrumento de resolução das desigualdades territoriais do processo de desenvolvimento econômico, tais como os polos de crescimento e a região polarizada, de Perroux (1967) e Boudeville (1972), bem como as teorias de Gunnar Myrdal (1965), expressas no conceito de Causação Circular Cumulativa (LIMA; SIMÕES, 2010, 10).

As prerrogativas do desenvolvimento local são permeadas pelas potencialidades dos agentes locais e pelas possibilidades endógenas de crescimento econômico, com distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população e de sustentabilidade ambiental (MILANI, 2005).

O desenvolvimento local surge segundo Buarque (1999), como uma alternativa ao processo de desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, no âmbito do enfraquecimento do Estado enquanto regulador de interesses econômicos e mediador de conflitos sociais, o que aponta para a configuração de processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o desenvolvimento local representaria

(...) uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

O desenvolvimento local estaria relacionado ainda e diretamente à confiança das pessoas no futuro individual e da comunidade a que pertencem, enfatizando-se a necessária melhoria da vida social, em detrimento do particularismo do crescimento econômico enquanto promotor do bem estar social por si só, sendo o desenvolvimento considerado como instrumento de transformação social, isto é, na escala local que se realiza a possibilidade de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios e novas utopias, diante das tentativas de uniformização e padronização engendradas pelo processo de globalização/mundialização do capital (SEN, 2000).

Essa perspectiva do desenvolvimento como instrumento de transformação social, também é desenvolvida do ponto de vista da abordagem geográfica. Assim sendo, Santos (1996) ressalta que os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, consideradas como “os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1996, p. 226), em contraposição aos modelos e padrões impostos pela globalização (“as verticalidades (...) formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (...), sendo possível reconstruir “a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1996, p. 227), possibilitando a criação de novas solidariedades, através da sobreposição dos recortes e da simultaneidade das forças locais.

Da mesma forma o desenvolvimento sustentável perpassa os empreendimentos solidários, sendo resultado da constituição de um movimento ambientalista global a partir da década de 1970, num contexto de preocupação com as externalidades negativas do crescimento econômico associadas ao produtivismo exacerbado do capitalismo (SACHS, 1986).

Para Sachs (1993), o desenvolvimento econômico deveria equilibrar o crescimento e a eficiência, por meio da resolução dos problemas sociais e ambientais, isto é, tem-se a necessidade “de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo às necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas mais limpas de produção” (SACHS, 1993, p. 21).

A partir da introdução e das discussões em torno da problemática do processo de desenvolvimento sobre novas bases na Conferência da ONU para o meio ambiente em 1972, em Estocolmo, na Suécia, Ignacy Sachs (1993) desenvolveu e disseminou o conceito de ecodesenvolvimento, tendo como resultante o estabelecimento de uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pela ONU, em 1983, com o objetivo de analisar as questões críticas entre o meio ambiente e o processo de desenvolvimento.

As discussões e reflexões desencadeadas apontaram para um novo paradigma, articulando e entrelaçando as questões relacionadas ao meio ambiente e ao crescimento econômico em uma teia de inter-relações e interdependências que determinaram e consubstanciaram o pensamento de que “meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 40).

Depreendeu-se daí um novo olhar sobre a problemática do desenvolvimento sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, consubstanciado no Relatório final da Comissão, denominado Relatório Brundtland, de 1987, definindo o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

Tomou forma o conceito de desenvolvimento sustentável, consistindo essencialmente em um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos

investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Em outras palavras, a articulação da eficácia econômica, com a justiça social e com os imperativos de sustentabilidade da natureza, acrescentadas da preocupação com as gerações presentes e a manutenção das possibilidades de reprodução social, econômica e ambiental das gerações futuras, perpassando os empreendimentos econômicos solidários na perspectiva da produção e consumo justos e solidários.

Da mesma forma, a economia solidária tem sua gênese nos socialistas utópicos do século XIX, destacando-se o britânico Robert Owen que propôs a distribuição de terras e a formação de aldeias cooperativas ao governo Britânico, em 1817, (cooperativismo revolucionário) e o francês Charles Fourier, que ensejou a formação de falanstérios, com a manutenção da propriedade privada e das liberdades individuais (associativismo), além dos esforços utópicos de Saint-Simon, tornando “nítida a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo” (SINGER, 2006, p. 35).

Com base nesses princípios de desenvolvimento local e sustentável, do associativismo e do cooperativismo, na economia nacional, as primeiras experiências solidárias foram desenvolvidas através da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das atividades da Cáritas Brasileira, ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que mantém desde o início dos anos de 1990 um conjunto de incubadoras de cooperativismo, apresentando uma forte concentração no Sul do país, sobretudo no Rio Grande do Sul. Essas experiências surgiram no contexto da desestabilização econômica dos anos de 1980 e da abertura comercial e financeira neoliberal dos anos de 1990.

Tais experiências solidárias se expandiram e se fortaleceram a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal, no bojo da formação de um governo “popular”, comandado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir da constituição de um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle da inflação e do plano de estabilização monetária do governo anterior.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O crescimento das práticas solidárias no Brasil pôde ser observado após a criação da SENAES e a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que tem como objetivo central a constituição e integração dos empreendimentos solidários pelas políticas públicas que visam o desenvolvimento com geração de trabalho e renda e inclusão social, através de parcerias com instituições da sociedade civil, setores governamentais e incubadoras universitárias que viabilizam assessorias e incubação como forma de operacionalização dos empreendimentos econômicos solidários no país desde 2003.

No primeiro mapeamento oficial dos empreendimentos econômicos solidários, entre 2005 e 2007, constatou-se a existência de 21.859 iniciativas solidárias em todo o país, abrangendo 2.934 municípios, com geração de trabalho e renda para aproximadamente 1 milhão, 687 mil e 35 trabalhadores associados. Essas informações passaram a compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, instituído pela Portaria do MTE nº 30, de 20 de março de 2006.

Em 2013 foi finalizado o segundo mapeamento da economia solidária no país, apontando para um decréscimo das iniciativas no período analisado, sendo que 2.151 empreendimentos solidários deixaram de ser contabilizados. Os empreendimentos estão organizados em 2.723 municípios em todos os estados da federação atualmente, concentrados majoritariamente na produção e comercialização como atividade econômica principal (56,2%), consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (20,1%) e comercialização ou organização da comercialização (13,3%) (SIES/MTE, 2013).

Em menor grau de participação como atividade econômica principal, estão às atividades de prestação de serviço ou trabalho a terceiros (6,6%), troca de produtos ou serviços (2,2%) e poupança, crédito e/ou finanças solidárias (1,7%). (SIES/MTE, 2013).

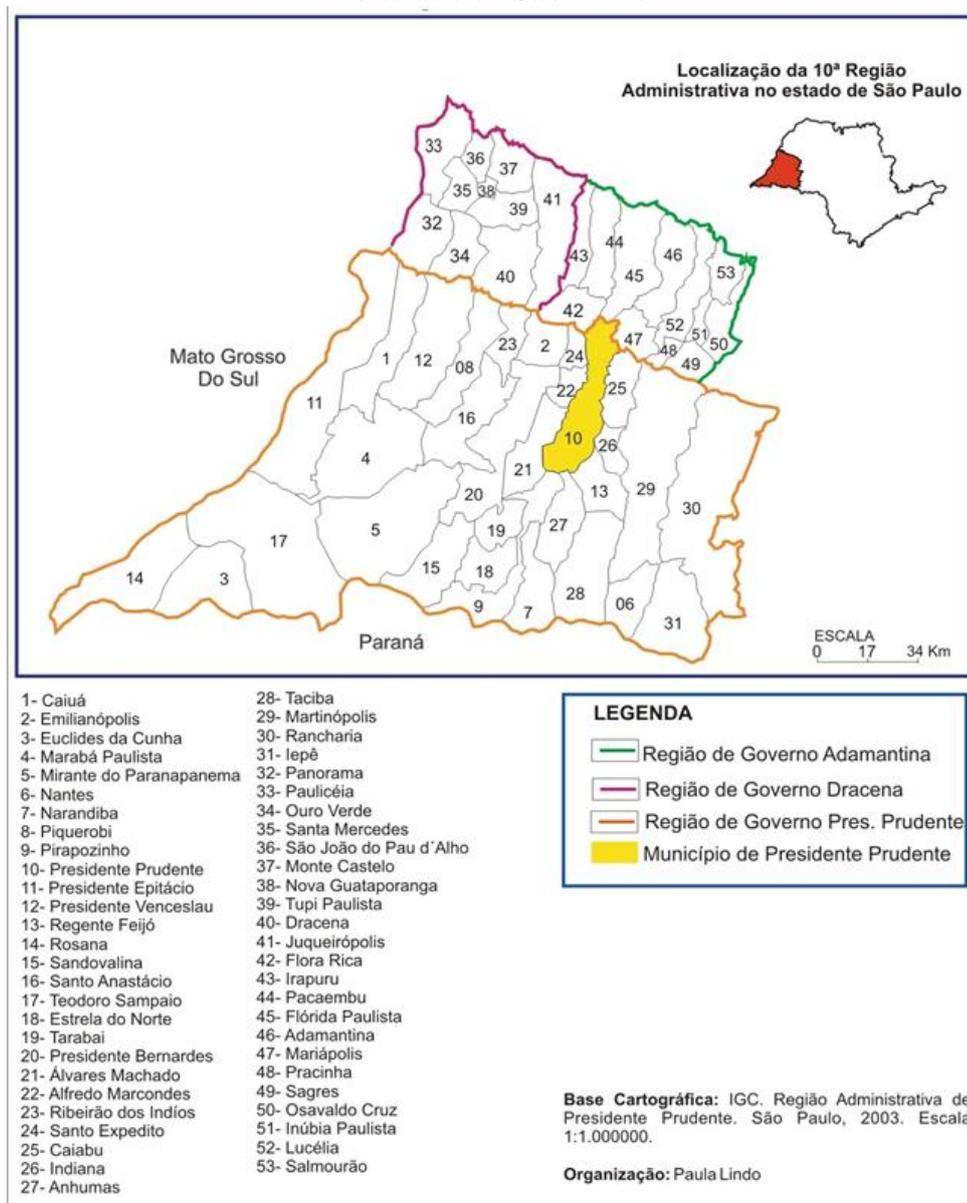
A distribuição geográfica desses empreendimentos solidários caracteriza-se por uma concentração dos mesmos nas áreas rurais representando 54,8% do total de empreendimentos, enquanto 34,8% são urbanos (6.856) e 10,4% são formados por atividades econômicas solidárias desenvolvidas tanto no meio rural como nas áreas urbanas (2.058), apresentando também forte concentração geográfica na região nordeste do Brasil, perfazendo 40,8% do total das atividades solidárias desenvolvidas no país, seguido da região Sul (16,7%), Sudeste (16,3%), Norte (15,8%) e Centro-Oeste (10,3%) (SIES/MTE, 2013).

Com relação ao Nordeste brasileiro vale destacar a concentração das atividades solidárias na zona rural, onde 72% dos empreendimentos são desenvolvidos, isto é, dos 8.040 empreendimentos solidários 5.804 estão nas áreas rurais dos municípios da região. Quando se compara com a região sudeste, observa-se uma diferenciação significativa nos municípios dos estados da região, com a economia solidária apresentando-se concentrada na zona urbana, com 61% dos empreendimentos econômicos solidários (SIES/MTE, 2013).

Já na Região Sul do Brasil, observa-se um relativo equilíbrio na distribuição dos empreendimentos econômicos solidários, representado por 42% das iniciativas tanto na área rural quanto na zona urbana (1.382 e 1.392 iniciativas solidárias respectivamente), e 16% dos empreendimentos (518) são classificados como urbanos e rurais ao mesmo tempo.

Na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, que pode ser observada no mapa 01 com os municípios e as regiões de governo dessa região, houve um aumento expressivo no número de empreendimentos econômicos solidários, passando de 26 em 2007, para 63 iniciativas em 2013, sendo que a maioria se encontra na área rural dos municípios de Mirante do Paranapanema (28), Euclides da Cunha Paulista (08), Marabá Paulista (01), Pirapozinho (01), Paulicéia (01), Presidente Venceslau (02), Rosana (09) e Teodoro Sampaio (01), perfazendo 51 iniciativas solidárias rurais na região, sendo os outros 12 empreendimentos classificados como urbanos, conforme dados da tabela 01.

Mapa 01: Regiões de Governo e Municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo



Essa concentração da economia solidária nas áreas rurais dos municípios da 10ª Região Administrativa está associada ao crescimento significativo das associações de produtores para o fornecimento de alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, segundo a Lei nº 10.696, de 2 julho de 2003. Em seu artigo 19, a referida Lei versa sobre a exigência legal para o fornecimento de alimentos às entidades que atendem populações em situações de insegurança alimentar ou em estado de vulnerabilidade social, a constituição e formalização de associações de agricultores familiares.

**Tabela 01: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª
Região Administrativa do estado de São Paulo – 2013**

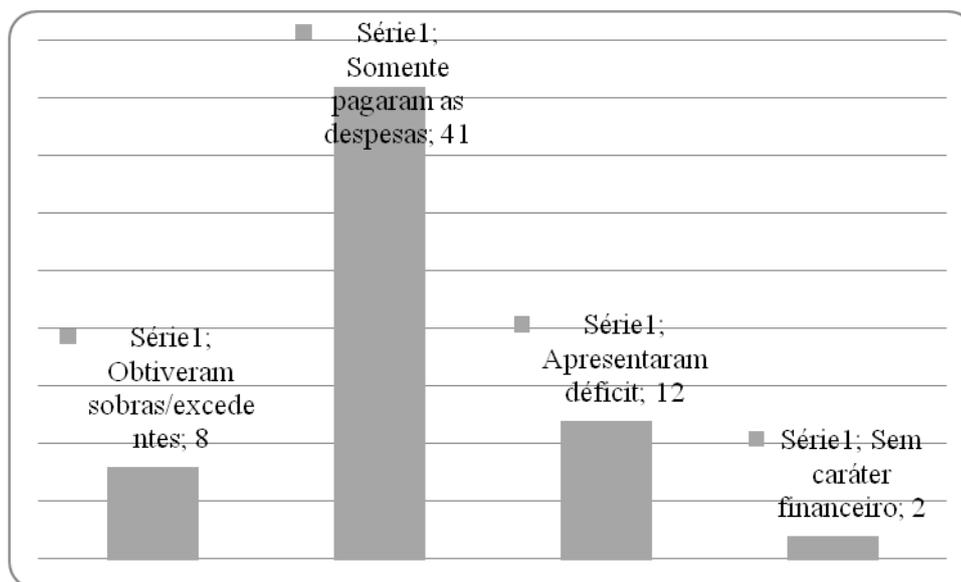
CIDADE	RURAL	URBANO	RURAL/ URBANO	TOTAL
Adamantina	0	3	0	3
Dracena	0	1	0	1
Euclides da Cunha Paulista	8	0	0	8
Marabá Paulista	1	0	0	1
Mirante do Paranapanema	28	1	0	29
Osvaldo Cruz	0	1	0	1
Paulicéia	1	0	0	1
Pirapozinho	1	0	0	1
Presidente Prudente	0	2	0	2
Presidente Venceslau	2	0	0	2
Rancharia	0	1	0	1
Rosana	9	1	0	10
Santo Anastácio	0	1	0	1
Teodoro Sampaio	1	1	0	2
Total	51	12	0	63

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2013
Elaboração e organização dos autores

Essas associações, por sua vez, encaminham os produtos hortifrutigranjeiros para entidades assistenciais locais ou comunitárias, por meio da modalidade de doação direta do Programa de Aquisição de Alimentos, abrangendo uma faixa de até R\$ 5.500,00 anuais por empreendedor solidário.

A análise dos resultados financeiros das atividades econômicas desenvolvidas nos empreendimentos solidários, no entanto, aponta para a precariedade dos projetos e iniciativas regionais: 65% dos empreendedores somente pagaram as despesas e não obtiveram nenhuma sobra ou excedente. Dos 63 empreendimentos, aproximadamente 19% não conseguiram pagar as despesas e 12,6% obtiveram alguma sobra ou excedente financeiro em suas atividades solidárias, conforme constatado no gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01: Situação Financeira dos Empreendimentos Econômicos Solidários – 10ª Região Administrativa – 2013



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2013
Elaboração e organização dos autores

Segundo Melo (2013), as características técnicas, organizacionais e funcionais dos empreendimentos econômicos solidários apontaram para algumas dificuldades e obstáculos para o desenvolvimento das atividades solidárias regionais, a saber:

- baixa participação dos cooperados ou associados nas decisões coletivas, com a união apenas como forma de uso coletivo de alguns equipamentos de produção (tratores, roçadeiras, calcareadeiras, entre outros);
- obsolescência do meio técnico empregado para a produção, sendo quase toda ela manual e familiar e dificuldades de fornecimento para grandes redes varejistas ou de ampliação da escala para além do espaço local e comunitário;
- baixa renda obtida com a venda dos produtos e necessidade de complemento de renda em usinas de açúcar e álcool da região;
- inexistência de sede própria para as reuniões e deliberações dos empreendedores solidários.

Dessa forma, a economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo configura-se mais como uma forma de sobrevivência familiar e comunitária do que com vistas à constituição de outro modo alternativo de produção e consumo ou da conformação de

outra forma de desenvolvimento econômico e social, ressaltando que o processo de desenvolvimento é extremamente complexo, produzido por transformações profundas em toda a estrutura econômica e social “ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e a qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção” (RANGEL, 1986, p. 133).

Em síntese, o processo de desenvolvimento econômico não se esgota e nem se confunde com o crescimento econômico, expresso pelo aumento da produção e da renda *per capita* de uma economia nacional, devendo ser associado à categoria universal dialética do movimento da matéria do nível inferior para o superior, do menos perfeito ao mais perfeito, descrito por Cheptulin (1982), representando o progressivo caráter qualitativo das mudanças rumo à transformação de toda a estrutura social e econômica.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAJAÍ/SC

No estado de Santa Catarina a economia solidária é desenvolvida em 764 empreendimentos, apresentando forte concentração na Mesorregião do Oeste Catarinense que soma 409 iniciativas, isto é, 53,5% dos empreendimentos econômicos solidários do estado. Em seguida destaca-se o Norte Catarinense, apresentando 93 iniciativas, seguido do Sul Catarinense (87 empreendimentos), Vale do Itajaí (76 empreendimentos), Grande Florianópolis (50) e Região Serrana (49 empreendimentos econômicos solidários).

Do total das atividades econômicas solidárias desenvolvidas no estado, aproximadamente 56,5% está presente na zona rural, isto é, 432 empreendimentos estão localizados nas áreas rurais dos municípios de Santa Catarina, com destaque para o Oeste Catarinense que concentra 280 iniciativas na zona rural. No Oeste Catarinense, a maioria dos trabalhadores cooperados está associada à exploração de recursos naturais, tais como as atividades presentes na agricultura familiar (47% dos trabalhadores solidários), nos assentamentos da reforma agrária, nas atividades pesqueiras e na maricultura, além dos segmentos na produção de alimentos e bebidas e no extrativismo (SENAES, 2013).

Em Brusque e em alguns municípios do Vale do Itajaí/SC³, são 34 empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos, sendo 12 deles na zona rural (35,2%), 18 na área urbana (52,9%) e 04 que apresentam tanto características urbanas quanto rurais, distribuídos em 14 municípios da região, conforme dados da tabela a seguir.

Tabela 02: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários em municípios do Vale do Itajaí/SC – 2013

Município	Rural	Urbana	Rural/Urbana	Total
Apiúna	0	0	1	1
Ascurra	1	0	0	1
Balneário Camboriú	0	2	0	2
Benedito Novo	3	0	0	3
Blumenau	0	6	3	9
Brusque	0	1	0	1
Camboriú	1	0	0	1
Ilhota	1	0	0	1
Indaial	2	0	0	2
Itajaí	0	9	0	9
Luiz Alves	1	0	0	1
Rio dos Cedros	1	0	0	1
Rodeio	1	0	0	1
Timbó	1	0	0	1
Total	12	18	4	34

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2013
Elaboração e organização dos autores

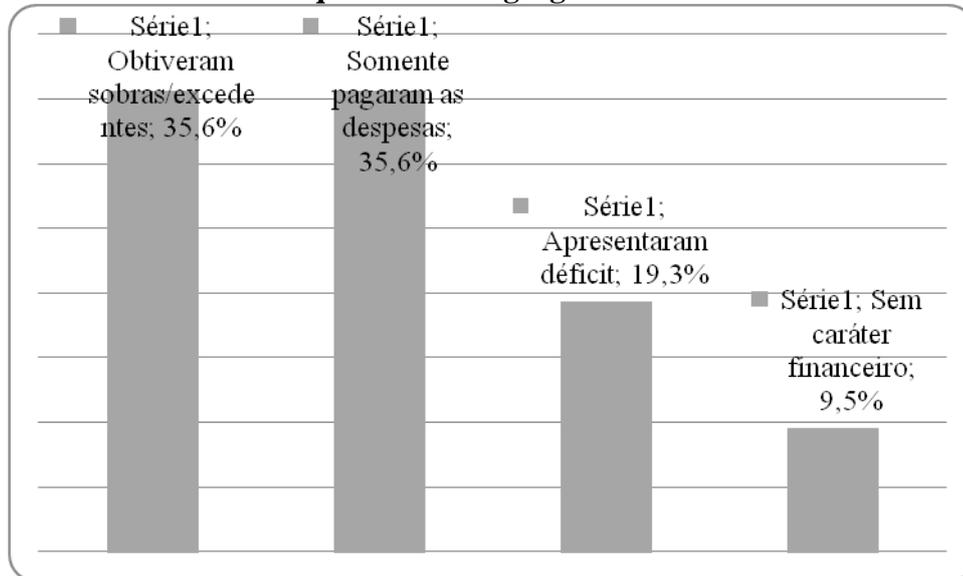
A análise das formas organizacionais e técnicas desses empreendimentos apontam para a seguinte organização funcional e operacional da economia solidária regional: 15 grupos informais, 11 associações de produtores, 07 cooperativas de trabalhadores e 01 sociedade mercantil (SIES, 2013).

Os resultados financeiros dos empreendimentos econômicos solidários em Brusque e em municípios do Vale do Itajaí/SC apontaram que 35,6% deles pagaram as despesas e tiveram alguma sobra ou excedente, 19,3% não conseguiram honrar com os custos financeiros

³ Para os fins da pesquisa científica empreendida, consideraram-se os municípios do Vale do Itajaí/SC que contam com empreendimentos econômicos solidários para delimitar a área de abrangência da pesquisa, a saber: Apiúna, Ascurra, Balneário Camboriú, Benedito Novo, Blumenau, Brusque, Camboriú, Ilhota, Indaial, Itajaí, Luiz Alves, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

e 35,6% apenas conseguiram pagar as despesas e não tiveram nenhuma sobre ou excedente, além de três iniciativas solidárias sem objetivos financeiros, conforme gráfico 02 a seguir.

Gráfico 02: Situação Financeira dos Empreendimentos Econômicos Solidários – Brusque e entorno geográfico – 2013



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2013
Elaboração e organização dos autores

Nesse contexto, mesmo com aproximadamente 1/3 das iniciativas solidárias apresentando *superávit* em suas contas e organização financeira, os empreendimentos necessitam de investimentos e financiamentos para expandir suas atividades, pois mais da metade deles apresentaram resultados financeiros insatisfatórios, seja em termos de não saldar as despesas efetuadas, seja com relação ao funcionamento da atividade ficar apenas no nível da reprodução individual e familiar.

Levando-se em consideração que os empreendimentos econômicos solidários em Brusque e em municípios do Vale do Itajaí/SC foram criados objetivando uma maior obtenção de ganhos financeiros (16% declararam ser essa a motivação para a criação do empreendimento), como uma fonte complementar de renda (18%) ou como alternativa ao desemprego (9%), em detrimento do desejo de cooperar e da atuação em atividade (8% e 3% respectivamente das declarações sobre a motivação para empreender solidariamente), a economia solidária regional não consegue engendrar o desenvolvimento econômico através da reinserção econômico/produziva dos trabalhadores excluídos do circuito capitalista globalizado atual.

Da mesma forma, a economia solidária nos municípios do Vale do Itajaí/SC não tem o poder de generalização econômica ou de emancipação social dos trabalhadores, pois se situa apenas no nível da reprodução social, sem representar o desejo de cooperação para o desenvolvimento comunitário, da união como forma de luta política emancipatória ou de organização de uma nova forma de produção baseada na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores excluídos do circuito mercantil capitalista dominante.

Com relação à escala de abrangência da economia solidária regional, os dados e informações do segundo mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013, apontam que os produtos e serviços solidários são comercializados ou trocados nos espaços locais e/ou comunitários e na escala do próprio município, sendo representados pelas vendas em lojas ou em espaços fixos nos respectivos municípios ou pela participação em feiras locais, comunitárias ou regionais, em detrimento da participação dos empreendedores em centrais de distribuição e comercialização ou no comércio eletrônico.

Essas informações articuladas às características financeiras deficitárias dos empreendimentos econômicos solidários da região do Vale do Itajaí/SC apontam para a necessidade de ampliar a escala de abrangência das vendas dos produtos ou da prestação dos serviços solidários para além dos espaços locais e comunitários, como forma de ampliação do alcance dos princípios associativos e de generalização econômica e estrutural para todo o sistema econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária desenvolvida na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e nos municípios do Vale do Itajaí/SC, como possível instrumento de desenvolvimento econômico e de enfrentamento do processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional, aponta para a baixa abrangência dos empreendimentos e iniciativas solidárias e a baixa geração de trabalho e renda, caracterizando a mesma como uma forma de sobrevivência e reprodução social diante das dificuldades impostas ao mundo do trabalho pelo movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas.

A situação deficitária da maior parte dos empreendimentos econômicos solidários e os motivos que levaram a criação dos mesmos, consubstanciando-os como formas complementares de obtenção de renda, sem as prerrogativas de emancipação social ou de

formação de um modo alternativo de produção, aponta para as limitações da economia solidária regional, que não consegue engendrar o desenvolvimento econômico e nem se generalizar para toda a economia, isto é, os preceitos solidários não conseguem se configurar como um contraponto às relações capitalistas, excludentes e desiguais.

Ademais nem todos os empreendimentos desenvolvem todas as características da solidariedade e da cooperação, com a união entre os membros ficando relegada apenas a alguns aspectos práticos da economia solidária, voltados a obtenção de juros subsidiados, mercados cativos para os produtos, uso de equipamentos de produção, compras coletivas com descontos especiais e assistência social para a continuidade das atividades solidárias.

Outro problema enfrentado pelos trabalhadores solidários é a abrangência reduzida da comercialização e distribuição dos produtos e serviços, ficando relegado ao espaço local e comunitário, sem a configuração de mercados em outras escalas, tais como o espaço estadual e nacional ou até mesmo a escala global de venda dos produtos e serviços, o que torna a economia solidária regional limitada e sem poder de expansão para todo o sistema econômico.

Em suma, a economia solidária desenvolvida na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e nos municípios do Vale do Itajaí/SC, representa apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não tem a capacidade de generalização produtiva e nem de engendrar transformações profundas e permanentes com vistas à configuração de uma nova forma de organização econômica, com base na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores, não representando, por conseguinte, um importante fator de desenvolvimento econômico nas respectivas regiões nestas primeiras décadas do século XXI.

REFERÊNCIAS

BOUDEVILLE, Jacques R. **Aménagement du territoire et polarization**. Paris: Éditions M. TII. Génin, 1972, 280 p.

BRASIL. Lei nº. 10.696, de 02 de Julho de 2003. **Repactuação e alongamento de dívidas de operações de crédito rural e outras providências**. Brasília/DF, julho de 2003.

BRASIL. Portaria nº. 30, de 20 de março de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**. Brasília/DF, março de 2006.

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CHEPTULIN, Alexander. **A dialética materialista: leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes. Teoria de uma economia monetária**. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

GAIGER, L. I. G. **Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, n. 13, 2001.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: ano XII, n. 21, pgs. 4-19, julho 2010.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MELO, Nildo Aparecido de. **Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2013, 227 p. Tese (Doutorado em Geografia).

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

PERROUX, François. **L'économie du XXème siècle**. 2. ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RANGEL, Ignácio. **Economia brasileira contemporânea**. Campinas: Bional, 1986.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida. **A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília: MTE/SENAES, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre empreendimentos econômicos solidários.** Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso em julho de 2017.

Recebido em Outubro de 2017

Aprovado em Maio de 2018

Publicado em Julho de 2018